

A universidade e a sociedade

Marcos Silvio Pinheiro



Daine Souza / UnB

Marcelo Ridenti

O sociólogo da Unicamp, Marcelo Ridenti, é uma referência significativa na historiografia da esquerda brasileira. Pesquisador, preocupado em entender o Brasil e seu povo, tem dado importante contribuição para o estudo da cultura brasileira. Em sua obra mais recente – *Em busca do povo brasileiro* (Record, 2002) – aprofunda a relação entre cultura, ideologia e política. Esteve em Brasília, recentemente, em duas oportunidades, onde participou como convidado da IV Conferência Nacional de Educação e Cultura, organizada pela Câmara dos Deputados e como palestrante, na abertura do semestre do Instituto de Ciências Sociais da UNB.

Nesta entrevista, defende uma universidade comprometida com o desenvolvimento científico e o desenvolvimento humano; denuncia a mercantilização do ensino superior e critica a presença de líderes sindicais, que vendem sonhos de ascensão social, em publicidades de IES particular. Retorna a discussão a respeito da aproximação da cultura acadêmica com a cultura popular e acredita em novos projetos alternativos de transformação social como Arte e Barbárie.

DIALOGOS - Em que medida a universidade se deve comprometer com a sociedade?

RIDENTI - A Universidade – em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão – deve reger-se pelo compromisso em todas as áreas do conhecimento. Ademais, especialmente numa sociedade desigual como a nossa, deve estar comprometida não só com a luta pelo desenvolvimento científico, mas também com o desenvolvimento humano; o que envolve o engajamento no avanço da democracia política e social.

“Felizmente há universidades privadas que mantêm forte espírito público, como é caso de diversas PUCs”

DIALOGOS - O compromisso social é válido tanto para as universidades públicas como para as privadas?

RIDENTI - É claro que sim. Mas é sabido que muitas universidades, hoje, no Brasil, são apenas um “negócio”, mais voltadas para enriquecer seus donos do

* Doutor em Sociologia. Professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, pesquisador do CNPq e Secretário-executivo da ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa.

É autor de *O fantasma da revolução brasileira*; *Classes sociais e representação*; *Professores e ativistas da esfera pública*; *Em busca do povo brasileiro – artistas da revolução, do cpc à era da tv*; entre outros livros e artigos

que para a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Felizmente, há universidades privadas que mantêm forte espírito público, como é caso de diversas PUCs.

DIALOGOS - Para o Ministro Tasso Genro, o compromisso social inicia-se pela democratização do acesso à Universidade: “A universidade é uma estrutura de elite não no sentido de elite econômica, mas de formação de quadros referenciais para a sociedade. Queremos que todas as classes sociais, grupos étnicos e culturais possam compartilhar dessa formação de elite”.

Qual é sua opinião?

RIDENTI - Concordo com essa frase, mas tenho muitas dúvidas se a política do Ministério é a melhor para que isso se efetive.

DIALOGOS - No campo da arte e cultura, como a universidade poderia desenvolver ações sociais?

RIDENTI - Esse é um tema importante, para o qual seria preciso pensar soluções criativas. Talvez o processo devesse começar pela busca de uma ligação maior do ensino superior com a educação básica; não só para a difusão do conhecimento da arte e da cultura, mas de todos os componentes curriculares. Essa aproximação, especialmente no âmbito da escola pública, pode ser um caminho para aproximar a cultura acadêmica da cultura popular.

DIALOGOS - Esta é a primeira reforma universitária do país que transcorre sob a égide de um regime democrático. A reforma anterior, ocorrida em 1968, deu-se num período em que a ditadura reprimia violentamente o movimento estudantil e impôs uma estrutura de universidade autoritária. Para você, a discussão sobre a reforma está colocada de forma democrática?

RIDENTI - Um mérito do MEC foi tomar a iniciativa de colocar na ordem do dia a reforma do ensino superior. Parece haver pontos positivos no projeto – como o aumento da autonomia das universidades federais. Mas os problemas são muitos. O mais grave me parece ser o aval que é indiretamente dado à “universidades” privadas de má qualidade que, não obstante, receberão bolsas para oferecerem vagas a alunos carentes, que ficarão com a ilusão de aprendizado. O pior é que importantes setores da sociedade civil embarcam nessa lógica, perversa, do ensino superior mercantilizado.

DIALOGOS - De que forma ocorre isso?

RIDENTI - Vou falar de um exemplo triste: a propaganda veiculada insistentemente pela televisão em São Paulo, no ano passado, na qual o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e um ex-presidente da entidade e deputado federal apresentam-se orgulhosos como operários, que chegam à universidade, futuros bacharéis em Direito. Divulgam uma instituição conhecida, por obter notas medíocres nas avaliações e, por ser uma das mais beneficiadas pela expansão do ensino superior privado e altamente lucrativo

nos últimos anos. Ao se apresentarem engravatados e prestes a conseguir o anel de doutor, os dois líderes sindicais mostram a interiorização de valores, práticas e expectativas das classes dominantes, que são vivenciadas por todos como se fossem naturais. Fica implícita a idéia de complementaridade e não de contradição entre capital e trabalho: o mercado estaria aberto aos operários responsáveis que integram a ordem e assim, se forem competentes, poderão subir na vida e chegar a líderes sindicais, bacharéis, deputados e até à presidência da República, atestando a mobilidade social no Brasil.

“essas “universidades” do capital tupiniquim e sua propaganda que fazem uso de líderes sindicais tidos como expressões acabadas da sociedade do espetáculo na periferia do capitalismo. Vendem sonhos de ascensão.”

Não se quer com isso dizer que operários e líderes sindicais devam evitar o acesso ao ensino superior. Ao contrário, devem, mais do que ninguém, buscar conhecimento crítico, dentro ou fora da escola. O drama é quando se trata de um simulacro de conhecimento, suposto passaporte para o reconhecimento e ascensão social. O que importa não é o que eles de fato aprendem, mas a imagem de doutor, um faz-de-conta propagado para iludir milhões das classes despossuídas, dando legitimidade a um certo tipo de ensino em “universidades” pós-modernas, com sua arquitetura kitsch e vistosa, seus espaços internos que lembram shopping centers, seus laboratórios e bibliotecas móveis. Com isso impressionam a fiscalização federal “me-engana-que-eu-gosto” e fazem bonito nas filmagens das propagandas para exibir na televisão. Contratam-se também alguns doutores – por vezes precocemente aposentados da escola pública – para chefiar um exército de professores proletarizados.

Enfim, essas “universidades” do capital tupiniquim e sua propaganda que fazem uso de líderes sindicais, tidos como combativos, são uma expressão acabada da sociedade do espetáculo na periferia do capitalismo. Vendem sonhos de ascensão social que alguns podem comprar, ou imaginam poder, pois é sabido que o índice de inadimplência e evasão nessas instituições é muito alto e que raros formandos conseguem trabalho compatível com a qualificação supostamente adquirida.

DIALOGOS – No livro “*Em Busca do Povo Brasileiro*” você aborda a preocupação, que havia nos meios acadêmicos, dos anos 60, com a questão da ligação dos intelectuais com o povo brasileiro. Como essa questão é colocada, hoje?

RIDENTI - Se achássemos que intelectuais e artistas engajados, daquele tempo, foram os últimos “moicanos”, seria melhor desistir de pensar em alternativas de futuro, diferentes da guerra civil camuflada a que nos submete a sociedade produtora de mercadorias.

Parece que hoje seria equivocado reproduzir, ao pé da letra, propostas culturais e políticas dos anos 60. Mas é preciso buscar alternativas melhores de inserção do Brasil e de sua cultura no mundo de hoje, do que acatar o ceticismo passivo, de submissão à nova ordem mundial do consenso de Washington. Não cabe reviver o passado, mas retomar suas esperanças, apostar

em novos projetos coletivos de transformação social, ao invés da carreira individual no mercado. Alguns parecem aperceber-se disso. Por exemplo, há o movimento Arte contra a Barbárie, que tem mobilizado artistas e intelectuais comprometidos com a função social da arte e com a crítica à visão mercadológica que transforma a obra de arte em produto cultural e cria uma série de ilusões que mascaram a realidade da produção

cultural no Brasil de hoje. Em âmbito internacional, temos o exemplo de muitos movimentos ligados ao Fórum Social Mundial. Agora, a tarefa não é fácil, pois não se trata apenas de opção ética de indivíduos, mas da tendência de fragmentação social no capitalismo de hoje, que dificulta projetos coletivos alternativos, como aqueles dos anos 60.

“O mais grave me parece ser o aval que é indiretamente dado à “universidades” privadas de má qualidade que, não obstante, receberão bolsas para oferecerem vagas a alunos carentes, que ficarão com a ilusão de aprendizado.”